



Ofício nº 1.082/2021- SEMAD

Viseu -PA, 11 de agosto de 2021.

A

S.SHNEIDER

Sra. SANDRA SHNEIDER

Notificação por Descumprimento de Contrato.

S. SCHNEIDER, CNPJ: Nº 28.629.492/0001-06, sediada: Av. Cel. Marcos José de Leão nº 583, sala 02, Bairro: Centro, CEP: 95.770-000, Cidade: Feliz, Estado: RS, Telefone: (51) 3637-29000/3637-2091, E-mail: financeiro@passarelafeliz.com.br, Representante Legal: Sandra Schneider, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 6101768098 e CPF: nº 016.116.430-74, vencedora do certame, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 017/2020, Sistema de Registro de Preço que objetiva a Aquisição de materiais esportivos para atender a Prefeitura, Secretarias e Fundos do Município de Viseu, foi devidamente contratada para fornecer os materiais referentes ao contratos 141/2020/CPL; 142/2020/CPL; 143/2020/CPL.

Após solicitações das secretarias contratantes ao setor de compras, as referidas demandas deixaram de ser entregues, após tentativa normalização pós COVID, a não entrega dos itens de cada contrato, gerou dificuldades e transtornos a cada secretaria. É de salientar que a administração pública teve gastos administrativos, e por diversas vezes buscou informações e esclarecimentos para a resolução da problemática, sendo que até a presente data, não fora resolvido e os contratos por sua vez já estarão vencendo.

O não fornecimento prejudicou o essencial e regular prestação dos Serviços desta administração, Educação, Assistência Social, em franco prejuízo ao interesse público e coletivo.

Por certo, o não fornecimento do objeto dos contratos já mencionados, caracteriza descumprimento de obrigação contratual assumida, conforme prevê a Cláusula Quinta, assim redigida:

" CLÁUSULA QUINTA- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. 5.1. Os Produtos serão atestados pelo servidor responsável designado pela secretaria municipal competente.

5.2. O Fornecimento ocorrerá em horário comercial, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente.

5.3. A entrega deverá ser autorizada expressamente pela respectiva Unidade Administrativa, através de requisição própria



impressa em 02 (duas) vias contendo especifica o dos serviços solicitados;

5.4. O controle será efetuado com base nas notas fiscais, assim como controle do fiscal do contrato.

5.5. A presta o do serviço deverá obedecer às exigências legais, normas e padrões de qualidade e especifica es técnicas exigidas em Lei;

5.6. A qualidade do serviço   de inteira responsabilidade do contratado;

5.7. A Fiscaliza o e aceita o do Objeto serão do órgão responsável pelos atos de controle e administra o do contrato decorrente desta licita o, através de servidores. Sendo que os produtos serão recebidos depois de conferidas às especifica es, quantidades e preços pactuados contratualmente e prazo de validade dos mesmos.

" Ademais, a Cláusula Decima Terceira prevê que as penalidades pelo descumprimento contratual, nestes termos:

" 13.1. As penalidades as quais fica sujeitam a CONTRATADA, em caso de inadimplência, são as seguintes:

13.1. Advertência;

13.1.2. Multa; e

13.1.3. Suspensão temporária de participar em licita o e impedimento de contratar com a administra o pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

13.2. Esta Se o Judiciária utiliza nas aplica es de multa os seguintes parâmetros:

13.2.1. Nas inexecu es totais: multa indenizatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

13.2.2. Nas inexecu es parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente   obriga o inadimplida ou sobre o valor da adjudica o, esse último nos seguintes casos específicos:

- a). Não entrega de documenta o exigida no Edital.
- b). Apresenta o de declara o ou documenta o falsa.
- c). Não manuten o da proposta.
- d). Comportamento inidôneo.
- e). Realiza o de fraude fiscal.



13.2.3. Atrasos injustificados na execu o do contrato: multa de mora diária de 0,3% (tr s décimos por cento), calculada   base de juros compostos, sobre o valor da obriga o inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da obriga o.

13.3. O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intima o.

13.4. Para efeito de aplica o de multas, o valor global corresponde ao valor descrito no presente CONTRATO.

13.5. O não cumprimento injustificado das obriga es contratuais, por parte da CONTRATADA, sujeitá-la- , também, às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n  8.666/93 e art. 7  da Lei n  10.520/02.

No particular, o art. 86 da Lei 8.666/93, aplicável ao caso concreto, textual: “Art. 86. O atraso injustificado na execu o do contrato sujeitará o contratado   multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.   1o A multa a que alude este artigo não impede que a Administra o rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras san es previstas nesta Lei.   2o A multa, aplicada após regular processo administrativo, ser descontada da garantia do respectivo contratado.   3o Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administra o ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente. ”

Linhas adiante, arremata a citada legisla o: “Art. 87. Pela inexecu o total ou parcial do contrato a Administra o poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes san es:

- I - Advertência;
- II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - suspensão temporária de participa o em licita o e impedimento de contratar com a Administra o, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV - Declara o de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administra o Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da puni o ou até que seja promovida a reabilita o perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administra o pelos prejuízos resultantes e após



decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. ”

” Ademais, a Cláusula Decima Quarta prevê que as penalidades pelo descumprimento contratual, nestes termos:

14.1. A inadimplência parcial ou total, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas no presente CONTRATO, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério da CONTRATANTE declarar rescindido o presente CONTRATO nos termos desta Cláusula e/ou aplicar as multas previstas neste CONTRATO e as demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

14.2 O presente CONTRATO poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

14.3. No caso de rescisão por razões de interesse público, a CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, aviso prévio, com antecedência de 10 (dez) dias.

14.4. A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos Incisos IX, X e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Neste sentido, considerando o Parecer Jurídico, esta administração além de rescindir os contratos elencados pelo não fornecimento dos objetos, nas quantidades encaminhadas pela administração municipal, através do Setor de compras, esta secretaria DETERMINA suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 2 (dois) anos com o Município de Viseu.

Atenciosamente,

EDILTON TAVARES
MENDES:88120007
204

Assinado de forma digital
por EDILTON TAVARES
MENDES:88120007204
Dados: 2021.08.11
11:53:12 -03'00'

EDILTON TAVARES MENDES
Secretario Municipal de Administração
DECRETO N°007/2019.